

SERVIDORES MUNICIPAIS

Para evitar greves, prefeitura concede redução de jornada

Pelo menos sete mil funcionários serão beneficiados e passarão a trabalhar seis horas por dia

LAIRTES CHAVES

A Prefeitura de Campo Grande reduzirá a carga horária de, pelo menos, sete mil servidores municipais a partir de junho. Com isso, a administração acredita que não terá de enfrentar mais greves e ainda economizará, todos os meses, cerca de R\$ 1,5 milhão. A medida faz parte do pacote de ações para enxugar a máquina e ainda atende pedido dos servidores, que não terão reajuste salarial e queriam a redução de jornada. A mudança passa a valer quando, no dia 1º de junho, for publicado decreto implantando a mudança.

Os três mil servidores administrativos das escolas do município já cumprem carga horária diária de seis horas, desde o ano passado, mas o decreto que estabelecia isso vence em 31 de maio e será prorrogado. As outras categorias que devem ser beneficiadas com a redução de jornada são os trabalhadores administrativos das fundações e autarquias municipais. No entanto, o total de categorias e servidores alcançados com a medida será definido pela Secretaria Municipal de Administração, que prometeu realizar um estudo até o fim do mês e deve regulamentar a medida por meio de decreto na primeira semana de junho.

Desde março, o Sindicato dos Servidores e Funcionários Municipais de Campo Grande (Sisem) tentava emplacar a diminuição da carga de trabalho e enfrentava resistência do Executivo. Em meio à negociação de reajustes salariais, no entanto, a prefeitura decidiu propor a redução em troca de não dar reajuste salarial.

Saiba

Sindicato vai acionar Justiça por aumento de 8,1%

Mesmo com o entendimento entre a prefeitura e a maior parte dos servidores municipais no que se concerne à redução da jornada de trabalho, o Sisem acionará a Justiça contra a administração municipal para tentar garantir, pelo menos, o reajuste da inflação do período, que é de 8,16%, entre maio de 2014 e deste ano.

O presidente do Sisem, Marcos Tabosa, explica que além do expediente mais curto, a prefeitura também vai garantir aumento da bolsa-alimentação de R\$ 120 para R\$ 190 aos funcionários administrativos da educação e de R\$ 140 para R\$ 160 para os agentes comunitários. As medidas começam a valer a partir de 1º de junho. “Já que a prefeitura não quer pagar o reajuste, nada mais justo do que os servidores trabalhem menos e possam ter mais qualidade de vida. Foi uma negociação muito dura, mas entendemos que essa redução garante benefícios para os servidores e para a prefeitura”, afirmou Tabosa.

A proposta da prefeitura permitiu que Gilmar Olarte (PP) escapasse da terceira greve deflagrada neste ano. A assembleia realizada na noite de quinta-feira (7), na sede do



NEGOCIAÇÕES. Secretário Wilson do Prado, durante toda a manhã de ontem, se reuniu com sindicatos para tratar das reivindicações

sindicato, reuniu 500 pessoas e teve 86% de rejeição à paralisação, mesmo com a impossibilidade de ajuste salarial. O presidente reiterou que assim que o decreto da redução da carga de trabalho for publicado, uma ação deve ser ajuizada para garantir, na justiça, o mínimo do índice inflacionário como reajuste.

O secretário municipal de governo, Rodrigo Pimentel, acredita que a medida deve servir de espelho para as outras categorias, que precisam apresentar opções em vez de impor exigências ao cofre municipal. “Todos sabem que o município não tem dinheiro. Com a publicação de que alcançamos 52% do que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite, a prefeitura poderia tomar medidas radicais e reduzir, inclusive, o salário dos concursados. O que estamos

fazendo é cortar gastos para manter o salário de todos. Não podemos administrar apenas para os servidores, temos de administrar para mais de 800 mil pessoas. É necessário bom senso”, defendeu Pimentel, que lembrou que nenhuma categoria terá reajuste salarial nesse ano.

Campo Grande tem 20 mil servidores concursados e outros mil comissionados, motivo de discussão da Câmara dos Vereadores e nas ruas. Para a prefeitura, o número de comissionados é necessário para suprir a deficiência de pessoal por conta da aposentadoria de mil servidores no ano passado. Rodrigo Pimentel afirma que os cortes estão sendo feitos em todas as áreas, desde gratificações a plantões, e que, “se necessário, os cargos serão exonerados”.

Médicos pedem reajuste da inflação

O Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul (Sinmed) também se reuniu com o secretário Wilson na tentativa de negociar o reajuste salarial inflacionário de 8,1%, e pedem o retorno imediato das gratificações, além de melhoria nas condições de trabalho e mais segurança no serviço das unidades de saúde, já que muitos profissionais reclamam de sofrer agressões verbais e físicas dentro das unidades. O aumento do piso, em 355%, parece não fazer mais parte das demandas da categoria, ao menos por enquanto. A classe está em greve desde

a quarta-feira (6) e apenas os atendimentos de emergência estão mantidos.

Cerca de 60 engenheiros, arquitetos e tecnólogos pediam que o prefeito Olarte cumprisse a promessa de pagar o piso nacional da categoria, o que vale R\$ 8.668, equivalente a nove salários mínimos.

A recepção da secretaria de administração ficou lotada de manifestantes na manhã de ontem, que exigiam posições do titular da pasta, Wilson do Prado, quanto ao retorno das gratificações e de reajuste salarial. **(LC)** **(Leia mais na página 13)**

REMUNERAÇÃO

Governador reitera que não vai haver reajuste em 2015

MARESSA MENDONÇA

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) reafirmou que o Estado “não tem condições financeiras” de conceder reajuste salarial aos 63 mil servidores estaduais. A declaração foi dada durante a assinatura de termo de cooperação entre o governo e a defensoria pública, realizada na sala de reuniões da governadoria, e confirma a matéria divulgada pelo **Correio do Estado**.

Azambuja explicou que está dialogando com as categorias de servidores ao mesmo tempo em que apresenta os levantamentos dos gastos do Estado. “Vocês estão acompanhando que vivemos num momento de queda de receita e isso impacta negativamente na possibilidade de ter incremento”, declarou o governador.

Ainda segundo ele, o Programa de Ajuste Fiscal impõe limite de 60% do orçamento com gasto pessoal de todos os poderes. “Estamos com



CRISE. Azambuja sustentou que momento é de queda de receita

58,4%. Não tem espaço para fazer esse aporte financeiro”.

O chefe do Executivo Estadual reforçou ainda que os servidores tiveram reajuste em dezembro, que poderia ter sido concedido em maio. “A lei está bem clara de que foi um adiamento da data-base. Basta ler o texto da lei”.

Sobre a possibilidade de enfrentar greve dos servidores de diversas categorias, Azambuja declarou que a “greve é um direito de qualquer categoria”, mas que também é preciso ter responsabilidade para “entender o momento que nós vivemos”.

TRANSPARÊNCIA

Ministério promete portal com informações detalhadas

Depois ser apontado com o pior sistema do Brasil pela falha de seus mecanismos de transparência, o Ministério Público Estadual (MPE) prometeu adequar seu portal para atender à Lei de Acesso à Informação, até o dia 15 de maio. O portal foi criado há 4 anos, mas nunca cumpriu as exigências de operação.

Em resolução publicada no diário oficial do órgão, na edição de ontem, dia 8, estabeleceu que o portal deverá possibilitar o acesso à infor-

mação para controle social da execução orçamentária, financeira e administrativa da instituição.

O acesso à página será feito por meio de atalho em imagem gráfica específica, estabelecida no Manual do Portal da Transparência do Ministério Público, elaborado pelo CNMP, que deverá estar em destaque na página inicial do sítio eletrônico do Ministério Público do Estado, sendo de fácil visualização e acesso aos cidadãos.



LOCAL. Sede do Ministério Público, no Parque dos Poderes

Entre as informações que devem estar no site estão as despesas com cartão corporativo e suprimento de fundos, com a descrição dos gastos e indicação da aprovação de sua prestação de contas, despesas com passagens e diárias, discriminando nome e cargo do beneficiário, origem e destino de todos os trechos, período e motivo da viagem, meio de transporte e valor da passagem ou fretamento, bem como quantidade e valor das diárias concedidas.

Além do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, serão disponibilizadas as informações do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (Fead) e Fundo Especial de Execução de Programas de Combate às Drogas no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Fudrogas). **(AM)**